



Alexandre Rocha Almeida de Moraes
Fábio Ianni Goldfinger
(Coordenadores)

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE Volume I

2ª edição revista, ampliada e atualizada

- CRIMES DE GENOCÍDIO (Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956)
- CRIMES HEDIONDOS (Lei nº 8.072/90 e respectivas alterações)
- LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996)
- CRIMES DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS (Lei nº 9.434, de 1997)
- LEI DE TORTURA (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997)
- LAVAGEM DE DINHEIRO (Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012)
- ESTATUTO DO DESARMAMENTO (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
- LEI DE DROGAS (Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006)
- TERRORISMO (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016)
- ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013)
- ABUSO DE AUTORIDADE (Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019)

Este primeiro volume de comentários à legislação extravagante trata de temas ligados à criminalidade organizada, sem rosto, e dos crimes praticados contra humanidade. Selecionamos, a partir desse critério, leis penais e processuais que tratem da proteção da dignidade humana (genocídio, tortura e abusos estatais) e crimes hediondos e praticados por organizações criminosas, com tudo aquilo que envolve, em sentido amplo, a criminalidade mais violenta e perigosa: terrorismo, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e de órgãos e tráfico de armas, assim como os respectivos meios contemporâneos de prova e de obtenção de prova dessas formas de criminalidade.

As leis penais que fazem parte deste volume foram apresentadas em ordem cronológica, escritas sob a forma de artigos científicos, muito além de simples comentários dos textos em vigor, por profissionais que são referências na academia e em suas atuações profissionais.

Área específica

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL.

Áreas afins

DIREITO PROCESSUAL PENAL. LEGISLAÇÃO
PENAL EXTRAVAGANTE VOLTADA À
CRIMINALIDADE ORGANIZADA E SEM ROSTO.

Palavras-chave

PENAL. PROCESSO PENAL. LEIS PENAIS
EXTRAVAGANTES.

FORMATO: 17 × 24 cm
CÓDIGO: 4530

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L514	Legislação penal extravagante / Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger (coord.). -- 2. ed. --. Belo Horizonte: Fórum, 2026. v. 1. 518p. 17x24cm v. 1 ISBN impresso 978-85-450-1019-7 ISBN digital 978-85-450-1020-3 1. Direito processual penal. 2. Legislação penal extravagante. 3. Criminalidade organizada. I. Moraes, Alexandre Rocha Almeida de. II. Goldfinger, Fábio Ianni. III. Título. CDD: 345 CDU: 343
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; GOLDFINGER, Fábio Ianni (coord.). *Legislação penal extravagante*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2026. 518p. ISBN 978-85-450-1019-7. v. 1.

LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

VOLUME I

Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Fábio Ianni Goldfinger

Coordenadores

AUTORES



Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Promotor de Justiça (MPSP). Mestre e Doutor em Direito Penal pela PUC-SP. Professor de Direito Penal.



Ana Lígia Belisário Mutti Ferreira

Advogada criminalista. Graduada em Direito pelo Centro Universitário UNIFAAT. Pós-Graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade Damásio Educacional. Professora assistente em Direito Penal junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/SP (2020).



Anderson Vioto Silva

Advogado. Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cogeae/PUC-SP).



Bianka Machado Arruda Mendes

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Especialista em Direito do Estado e das Relações Sociais pela Universidade Católica Dom Bosco. Mestre em Garantismo e Processo Penal pela Universitat de Girona/Espanha.

**Carlos Alberto Pereira Leitão Junior**

Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Bacharel, Mestre e Doutorando em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor do Curso de Especialização (Pós-Graduação *lato sensu*) em Direito Penal e Processo Penal da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Integrou a banca examinadora do 23º Concurso Público de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo. Parecerista na *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo*.

**Fábio Ianni Goldfinger**

Promotor de Justiça. Mestre em Processo Penal pela PUC-SP. Doutorando em Direito Político e Econômico pela Mackenzie/SP.

**Flávio Eduardo Turessi**

Doutor em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Mestre em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especialista em Direito Penal pela Escola Paulista da Magistratura (EPM). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Ex-Delegado de Polícia/SP. Ex-Membro da Advocacia-Geral da União/AGU. Autor da obra *Justiça penal negociada e criminalidade macroeconômica organizada: o papel da política criminal na construção da ciência global do direito penal*, publicada pela Editora JusPodivm, e da obra *Bens jurídicos coletivos: proteção penal, fundamentos e limites constitucionais à luz dos mandados de criminalização*, publicada pela Editora Juruá.

**Gabriella Ramos**

Advogada. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela PUC-SP.

**Luiz Fernando Bugiga Rebellato**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutorando e Mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Autor de livros jurídicos e palestrante.

**Patrícia Visnardi Gennari**

Mestranda em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Especializada em Ciências Criminais pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP/MPSP). Advogada.

**Robson Alves Ribeiro**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Especialista em Direito Penal pela Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Professor dos Cursos de Especialização da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP). Professor universitário. Palestrante.

**Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira**

Promotor de Justiça no Ministério Público do Estado de São Paulo. Doutorando e Mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP). Professor convidado do Complexo Educacional Damásio de Jesus, da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e de Cursos de Pós-Graduação de Direito Penal e Direito Processual Penal. Integrou a banca examinadora do 24º Concurso de Estagiários do Ministério Público do Estado de São Paulo. Parecerista na *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério do Estado de São Paulo*. Autor de livros jurídicos.

Apresentação da 1ª edição	19
CRIMES DE GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889, DE 1º.10.1956	
Anderson Vioto Silva	21
1 Contextualização histórica	21
1.1 Um breve introito sobre a humanidade	21
1.2 A evolução do crime de genocídio.....	24
1.3 O Massacre Haximu – Um crime de genocídio no contexto brasileiro	26
2 A Lei do Genocídio – Lei nº 2.889, de 1º.10.1956.....	27
2.1 Análise e crítica ao texto legal.....	28
2.1.1 Art. 1º – Genocídio propriamente dito	28
2.1.1.1 Concurso de crimes	32
2.1.2 Art. 2º – Associação para a prática de genocídio	33
2.1.3 Art. 3º – Incitação ao genocídio	34
2.1.4 Art. 4º – Causa especial de aumento de pena.....	35
2.1.5 Art. 5º – Tentativa.....	36
2.1.6 Art. 6º – Crimes políticos e extradição.....	36
2.2 Elemento teleológico e conflito aparente de normas.....	37
2.2.1 Genocídio e terrorismo	37
2.2.2 Crimes de guerra	37
2.2.3 Código Penal Militar	38
2.3 Competência e extraterritorialidade	39
3 O enfrentamento do crime de genocídio na comunidade internacional	39
3.1 Nuremberg e Tóquio: a gênese de uma tutela internacional	40
3.2 Os tribunais <i>ad hoc</i> de Ruanda e Ex-Iugoslávia.....	41
3.3 O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional	42
Referências	45
CRIMES HEDIONDOS – LEIS Nº 8.072/90, Nº 8.930/94, Nº 9.695/98, Nº 11.464/07, Nº 12.978/14, Nº 13.142/15, Nº 13.260/16 E Nº 13.964/19	
Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Ana Lígia Belisário Mutti Ferreira	47
1 Fundamento constitucional, garantismo social e mandados de criminalização	47
2 Origem ideológica e o Movimento Lei e Ordem.....	53
3 Crimes hediondos propriamente ditos.....	60
4 Consequências da hediondez.....	67
4.1 A impossibilidade de concessão de anistia, graça e indulto	67
4.2 A impossibilidade de concessão de fiança e a concessão de liberdade provisória ..	69
4.3 Regime inicial de cumprimento de pena e sistema prisional progressivo.....	71
4.4 A prisão temporária nos crimes hediondos e equiparados.....	76
4.5 O livramento condicional.....	77
4.6 O surgimento da “delação premiada”	78
Referências	79
INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PROVA – LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996	
Gabriella Ramos, Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger	81
1 Introdução: contexto histórico e pós-modernidade.....	81
2 Interceptação telefônica: conceito e natureza jurídica.....	84
2.1 Conceito, natureza e espécies.....	84
3 Parâmetros e limites legais	89
3.1 Fumaça do bom direito e <i>periculum in mora</i>	89
3.2 Fundamentação judicial e delimitação da jurisdição	91
4 Objeto e sujeitos da interceptação	93
4.1 Prazo e prorrogação	95
4.2 Situações similares e a licitude do conteúdo interceptado mediante a infiltração de vírus.....	97
5 Da validade e ilicitude da prova.....	98
5.1 O crime de interceptação ilegal e a prova ilícita	100

5.2	Admissibilidade da prova ilícita	102
6	Da constitucionalidade da interceptação telefônica: uma análise crítica à luz do princípio da proporcionalidade.....	105
6.1	Restrições e limites constitucionais.....	105
6.2	Legitimidade da interceptação telefônica no combate à criminalidade organizada	108
7	Cadeia de custódia	111
	Referências	112

ASPECTOS PENAIIS DO CRIME DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS – LEI Nº 9.434, DE 1997

Patrícia Visnardi Gennari	117
1 Introdução.....	117
1.1 A epistemologia dos transplantes de órgãos, partes e tecidos: uma narrativa de poder.....	120
2 Apresentação geral dos tipos penais incriminadores da Lei nº 9.434/97.....	127
2.1 Breve evolução legislativa	127
2.2 Breves notas sobre o bem jurídico e os tipos da Lei nº 9.434/97	129
2.3 Alguns aspectos conceituais sobre o transplante de órgãos, ossos, partes e tecidos.....	133
3 O crime organizado no contexto da Lei nº 9.434/97	135
3.1 A remoção ilegal de órgãos, partes e tecidos de pessoa ou cadáver (art. 14)	137
3.1.1 Tipos principais – Tipos simples (art. 14, <i>caput</i> , da Lei nº 9.434/97).....	137
3.1.1.1 Remoção onerosa de órgãos, partes e tecidos (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 1º).....	139
3.1.1.2 Remoção clandestina de órgãos, partes ou tecidos (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 2º).....	140
3.1.1.3 Remoção <i>post mortem</i> de órgãos, partes e tecidos sem o diagnóstico válido de morte encefálica (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 3º).....	141
3.1.1.4 Remoção <i>post mortem</i> de órgãos, partes e tecidos sem o consentimento válido (art. 14, <i>caput</i> , c/c arts. 4º e 5º).....	142
3.1.1.5 Remoção de órgãos, partes e tecidos de pessoa não identificada (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 6º).....	144
3.1.1.6 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem verificação da causa mortis (art. 14, <i>caput</i> , c/c parágrafo único do art. 7º).....	145
3.1.1.7 Remoção <i>post mortem</i> de órgãos, partes e tecidos e a não devolução do cadáver (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 8º).....	146
3.1.1.8 Remoção de órgãos, partes e tecidos inter vivos (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 9º).....	146
3.1.1.9 Remoção de órgãos, partes e tecidos obtidos por anúncio proibido (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 11)	147
3.1.1.10 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem notificação às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos (art. 14, <i>caput</i> , c/c art. 13, <i>caput</i>)	148
3.1.2 Tipos acessórios/derivados – qualificados (art. 14, §§1º ao 4º, da Lei nº 9.434/97)..	148
3.1.2.1 Motivação (<i>post mortem</i> e <i>inter vivos</i>).....	149
3.1.2.2 Lesão corporal grave	150
3.1.2.3 Lesão corporal gravíssima.....	150
3.1.2.4 Morte	151
3.2 O comércio de órgãos, partes ou tecidos humanos (art. 15).....	151
3.2.1 Tipo principal	151
3.2.2 Tipo equiparado.....	153
3.3 A transplantação criminosa de órgãos, partes ou tecidos (art. 16).....	153
3.4 O tráfico de órgãos, partes e tecidos em sentido estrito (art. 17)	155
3.5 Realização de transplante ou enxerto sem o consentimento válido do receptor ou sua inscrição em lista de espera (art. 18).....	156
3.6 Devolução indigna ou posse ilegal do cadáver do doador	157
3.7 Publicidade ilegal para fins de captação de órgãos ou de financiamento particular (art. 20)	158
Referências	159

LEI DE TORTURA – LEI Nº 9.455, DE 7.4.1997

Robson Alves Ribeiro	165
1 Contexto histórico e internacional.....	165
2 Fundamento constitucional.....	167
3 Natureza equiparada à hedionda.....	168
4 Imprescritibilidade	169

5	Ação penal e competência	171
6	Aspectos gerais dos delitos	172
7	Crimes em espécies.....	173
7.1	Das formas de tortura do art. 1º, I	173
7.1.1	Tortura-confissão (art. 1º, I, “a”).....	175
7.1.2	Tortura-crime (art. 1º, I, “b”).....	176
7.1.3	Tortura-preconceito (art. 1º, I, “c”).....	177
7.2	Tortura-castigo (art. 1º, II)	179
7.3	Tortura imprópria (art. 1º, §1º)	181
7.4	Tortura-omissão (art. 1º, §2º).....	183
8	Formas qualificadas (art. 1º, §3º)	185
9	Causas de aumento de pena (art. 1º, §4º)	186
10	Efeitos da condenação (art. 1º, §5º).....	188
11	Fiança, graça e anistia (art. 1º, §6º)	190
12	Regime inicial de cumprimento de pena (art. 1º, §7º)	191
13	Extraterritorialidade (art. 2º).....	192
14	Considerações finais.....	193
	Referências	193

LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI Nº 9.613, DE 3.3.1998, E LEI Nº 12.683, DE 9.7.2012

Luiz Fernando Bugiga Rebellato.....		195
1	Evolução histórica e conceito	195
2	Fases da lavagem de dinheiro.....	197
3	Aspectos gerais da tutela penal da lavagem de dinheiro	198
3.1	Bem jurídico tutelado	198
3.2	Análise do tipo penal da lavagem de capitais	199
3.2.1	Infração penal antecedente.....	199
3.2.2	Objeto material e jurídico	202
3.2.3	Tipo objetivo.....	203
3.2.4	Sujeitos do crime	205
3.2.5	Tipo subjetivo	208
3.2.6	Figuras penais do art. 1º, §§1º e 2º, da Lei nº 9.613/1998	211
3.2.7	Natureza jurídica dos crimes de lavagem	213
3.2.8	Consumação e tentativa	214
3.2.9	Causas de aumento e diminuição de pena	215
3.2.10	Meios de obtenção de prova para a lavagem de dinheiro	219
3.2.11	Efeitos da condenação.....	221
4	Disposições processuais.....	221
4.1	Procedimento processual.....	222
4.2	Julgamento do delito de lavagem e a infração penal antecedente: conexão e questão prejudicial	222
4.3	Competência criminal para julgamento do delito de lavagem de dinheiro	224
4.3.1	Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de dinheiro	226
4.3.2	Conexão entre as infrações penais anteriores e o delito de lavagem de dinheiro...	228
4.4	Justa causa para o início da ação penal	231
4.5	Art. 366 do Código de Processo Penal: disciplina normativa específica da Lei de Lavagem de Dinheiro.....	232
5	Medidas assecuratórias reais previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	233
5.1	Legitimidade e pressupostos	235
5.2	Liberação dos bens sujeitos às medidas assecuratórias	237
5.3	Da alienação antecipada	238
5.3.1	Legitimidade e procedimento para requerer a alienação antecipada dos bens	239
5.4	A administração dos bens relacionados às medidas cautelares	243
5.5	Bens, direitos e valores oriundos de crimes praticados no estrangeiro.....	244
6	Pessoas sujeitas aos mecanismos de controle	245
7	Disposições gerais.....	249
	Referências	252

ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22.12.2003

Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira	255
1 Evolução histórica.....	255

2	Aspectos gerais dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento	256
2.1	Bem jurídico tutelado	256
2.2	Competência	257
2.3	Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato	257
2.4	Conceitos	258
3	Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12)	260
3.1	Tipo objetivo	260
3.2	Elemento normativo	260
3.3	Elementos espaciais do tipo	261
3.3.1	Transporte de arma no interior de caminhão e de táxi	261
3.3.2	Posse irregular de arma de fogo x porte ilegal de arma de fogo	261
3.4	Bem jurídico tutelado	262
3.5	Objeto material	262
3.6	Sujeito ativo	262
3.7	Sujeito passivo	262
3.8	Elemento subjetivo do tipo	262
3.9	Consumação	262
3.10	Tentativa	262
3.11	Competência	263
3.12	Classificação doutrinária	263
3.13	Questões controversas	263
3.13.1	Arma de fogo defeituosa	263
3.13.2	Arma de fogo desmuniçada	263
3.13.3	Arma de brinquedo	264
3.13.4	Necessidade de perícia	264
3.13.5	Concurso de crimes	264
3.13.6	Posse ou porte de mais de uma arma de fogo, munição ou acessório	265
3.13.7	Posse e porte de armas de fogo, munição ou acessório	265
3.13.8	Legítima defesa	265
3.13.9	Princípio da insignificância	266
3.13.10	Arma de fogo obsoleta e atipicidade da conduta	266
4	Omissão de cautela	267
4.1	Tipo objetivo	267
4.2	Bem jurídico	267
4.3	Objeto material	267
4.3.1	Art. 13, da Lei nº 10.826/03 x art. 19, §2º, “c”, do Decreto-Lei nº 3.688/41	267
4.4	Sujeito ativo	268
4.5	Sujeito passivo	268
4.6	Elemento subjetivo do tipo	268
4.7	Consumação	268
4.8	Tentativa	268
4.9	Classificação	269
4.10	Competência	269
4.11	Figura equiparada	269
4.11.1	Tipo objetivo	269
4.11.2	Bem jurídico	270
4.11.3	Objeto material	270
4.11.4	Sujeito ativo	270
4.11.5	Sujeito passivo	270
4.11.6	Elemento subjetivo	270
4.11.7	Consumação	270
4.11.8	Tentativa	270
4.11.9	Classificação	271
4.11.10	Competência	271
5	Porte de arma fogo de uso permitido	271
5.1	Tipo objetivo	271
5.2	Elementos normativos do tipo	272
5.3	Bem jurídico	272
5.4	Objeto material	272
5.5	Sujeito ativo	272
5.6	Sujeito passivo	273
5.7	Elemento subjetivo do tipo	273

5.8	Consumação	273
5.9	Tentativa.....	273
5.10	Causa de aumento	273
5.11	Classificação	273
5.12	Competência.....	274
5.13	Inconstitucionalidade da vedação de fiança.....	274
6	Disparo de arma de fogo	274
6.1	Tipo objetivo.....	274
6.2	Elemento espacial do tipo.....	275
6.3	Crime subsidiário	275
6.4	Objeto jurídico.....	276
6.5	Objeto material.....	276
6.6	Sujeito ativo	276
6.7	Sujeito passivo.....	276
6.8	Elemento subjetivo	276
6.9	Consumação	276
6.10	Tentativa.....	276
6.11	Causa de aumento	276
6.12	Classificação	276
6.13	Competência.....	277
6.14	Inconstitucionalidade da vedação de fiança.....	277
7	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito.....	277
7.1	Tipo objetivo.....	277
7.2	Elemento normativo.....	278
7.3	Bem jurídico.....	278
7.4	Objeto material.....	278
7.5	Sujeito ativo	278
7.6	Sujeito passivo.....	278
7.7	Elemento subjetivo	278
7.8	Consumação	279
7.9	Tentativa.....	279
7.10	Causa de aumento	279
7.11	Classificação	279
7.12	Competência.....	279
7.13	Insuscetibilidade de liberdade provisória.....	279
7.14	Questões controversas	280
7.15	Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato	280
7.15.1	Tipo objetivo.....	280
7.15.2	Objeto material.....	280
7.15.3	Consumação	281
7.15.4	Tentativa.....	281
7.15.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	281
7.15.6	Classificação	281
7.16	Modificação das características da arma de fogo.....	281
7.16.1	Tipo objetivo.....	281
7.16.2	Bem jurídico.....	281
7.16.3	Objeto material.....	282
7.16.4	Sujeito ativo	282
7.16.5	Sujeito passivo.....	282
7.16.6	Elemento subjetivo	282
7.16.7	Consumação	282
7.16.8	Tentativa.....	282
7.16.9	Classificação	282
7.16.10	Competência.....	282
7.17	Posse ilegal de artefato explosivo ou incendiário.....	282
7.17.1	Tipo objetivo.....	283
7.17.2	Elemento normativo.....	283
7.17.3	Objeto material.....	283
7.17.4	Consumação	283
7.17.5	Tentativa.....	283
7.17.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo e competência.....	283

7.17.7	Classificação	283
7.18	Posse ou porte de arma de fogo com numeração, marca ou sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado	283
7.18.1	Tipo objetivo.....	284
7.18.2	Objeto material.....	284
7.18.3	Consumação	284
7.18.4	Tentativa.....	284
7.18.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	284
7.18.6	Classificação	284
7.19	Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente	285
7.19.1	Tipo objetivo.....	285
7.19.2	Bem jurídico.....	285
7.19.3	Objeto material.....	285
7.19.4	Sujeito ativo	285
7.19.5	Sujeito passivo.....	285
7.19.6	Elemento subjetivo	285
7.19.7	Consumação	285
7.19.8	Tentativa.....	285
7.19.9	Classificação	286
7.19.10	Competência.....	286
7.20	Produção, recarregamento, reciclagem ilegal ou adulteração de munição ou explosivo	286
7.20.1	Tipo objetivo.....	286
7.20.2	Elemento normativo.....	286
7.20.3	Objeto material.....	286
7.20.4	Consumação	286
7.20.5	Tentativa.....	286
7.20.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência	286
7.20.7	Classificação	287
7.21	Porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	287
8	Comércio ilegal de arma de fogo.....	287
8.1	Tipo objetivo.....	287
8.2	Elemento normativo do tipo	288
8.3	Elemento subjetivo do tipo.....	288
8.4	Objeto jurídico.....	288
8.5	Objeto material.....	288
8.6	Sujeito ativo	288
8.6.1	(Des)necessidade de habitualidade da atividade	289
8.7	Sujeito passivo.....	289
8.8	Consumação	289
8.9	Tentativa.....	289
8.10	Causa de aumento	289
8.11	Classificação	289
8.12	Vedação à liberdade provisória	290
8.13	Figura equiparada	290
9	Tráfico internacional de arma de fogo.....	290
9.1	Tipo objetivo.....	291
9.2	Elemento normativo.....	291
9.3	Bem jurídico.....	291
9.4	Objeto material.....	291
9.5	Sujeito ativo	291
9.6	Sujeito passivo.....	291
9.7	Elemento subjetivo	291
9.8	Consumação	291
9.9	Tentativa.....	292
9.10	Causa de aumento	292
9.11	Classificação	292
9.12	Competência.....	292
9.13	Contrabando (art. 334-A, do CP) x tráfico internacional de arma de fogo.....	292
9.14	Art. 12, da Lei nº 7.170/83 x tráfico internacional de arma de fogo	293
9.15	Figura equiparada	293

Referências	293
LEI DE DROGAS – LEI Nº 11.343, DE 26.8.2006	
Bianka Machado Arruda Mendes	295
1 Evolução histórica da legislação brasileira quanto ao crime de tráfico de drogas..	295
2 Conceito de droga.....	299
3 Porte para consumo: art. 28 da Lei de Drogas e a decisão do STF no RE nº 635.659 (Tema 506).....	299
3.1 Inconstitucionalidade do porte de drogas na América Latina: Argentina e Colômbia.....	301
3.2 Decisão do STF e critério objetivo para diferenciar usuário e traficante	302
3.3 Afastamento da tipicidade penal e impacto na aplicação do direito penal	302
3.4 Críticas e reflexões sobre a decisão do STF no RE nº 635.659.....	303
4 Brasil e os produtos de cannabis para fins medicinais de uso humano: plantio, cultura e colheita; fabricação, importação, comercialização e prescrição	304
5 Argumentos controversos e a adequada compreensão dos elementos que configuram o tipo penal do tráfico de drogas	307
6 Elementos necessários para diferenciar a associação para o tráfico do concurso eventual de pessoas	312
7 Considerações finais.....	313
Referências	314
TERRORISMO – LEI Nº 13.260, DE 16.3.2016	
Carlos Alberto Pereira Leitão Junior	319
1 Introdução.....	319
2 Evolução legislativa no Brasil	323
3 Conceito de terrorismo	327
3.1 Especial motivo de agir.....	328
3.1.1 Xenofobia	328
3.1.2 Discriminação.....	328
3.1.3 Preconceito.....	328
3.1.4 Raça.....	328
3.1.5 Cor.....	329
3.1.6 Etnia	329
3.1.7 Religião.....	329
3.2 Especial fim de agir	329
3.3 Exposição a perigo de pessoa, patrimônio, paz pública ou incolumidade pública	330
3.4 Bem jurídico tutelado.....	330
3.5 Tipo subjetivo.....	330
3.6 Sujeito ativo	330
3.7 Sujeito passivo.....	331
3.8 Atos de terrorismo	331
3.8.1 Atos de terrorismo previstos no inc. I, do §1º, do art. 2º.....	331
3.8.2 Atos de terrorismo previstos no inc. IV, do §1º, do art. 2º	332
3.8.3 Atos de terrorismo previstos no inc. V, do §1º, do art. 2º.....	333
3.9 Consumação	333
3.10 Tentativa.....	333
3.11 Classificação doutrinária	333
3.12 Manifestações sociais como causa excludente de tipicidade	334
4 Organização terrorista	334
4.1 Tipicidade objetiva	335
4.2 Elemento subjetivo	335
4.3 Bem jurídico tutelado.....	335
4.4 Sujeito ativo	335
4.5 Sujeito passivo.....	335
4.6 Consumação	335
4.7 Tentativa.....	336
4.8 Classificação doutrinária	336
5 Atos preparatórios	336
5.1 Punição de atos preparatórios de terrorismo	336
5.2 Art. 5º, <i>caput</i> , da Lei nº 13.260/16.....	338
5.2.1 Elemento subjetivo	339
5.2.2 Bem jurídico tutelado.....	339

5.2.3	Sujeito ativo	339
5.2.4	Sujeito passivo.....	339
5.2.5	Consumação	339
5.2.6	Tentativa.....	339
5.2.7	Classificação	339
5.3	Figuras equiparadas	340
5.3.1	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. I, da Lei nº 13.260/16.....	340
5.3.2	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. II, da Lei nº 13.260/16	340
5.3.3	Elemento subjetivo	340
5.3.4	Bem jurídico.....	340
5.3.5	Sujeito ativo	340
5.3.6	Sujeito passivo.....	340
5.3.7	Consumação	341
5.3.8	Tentativa.....	341
5.3.9	Classificação	341
6	Financiamento ao terrorismo	341
6.1	Tipicidade objetiva	341
6.2	Elemento subjetivo	342
6.3	Bem jurídico tutelado.....	342
6.4	Sujeito ativo	342
6.5	Sujeito passivo.....	342
6.6	Consumação	342
6.7	Tentativa.....	342
6.8	Classificação	342
6.9	Figura equiparada	342
7	Causa de aumento	343
8	Arrependimento eficaz e desistência voluntária.....	343
9	Competência para processar e julgar os crimes da Lei nº 13.260/16	344
10	Natureza hedionda: teoria restritiva x teoria ampliativa.....	345
11	<i>Ticking bomb scenario theory</i>	345
12	Direito penal do inimigo e terrorismo.....	347
12.1	Ainda sobre o direito penal do inimigo	347
	Referências	351

ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEI Nº 12.850, DE 2.8.2013

Flávio Eduardo Turessi	355
Introdução.....	355
1 Sociedade e crime organizado: raízes históricas e desenvolvimento na era pós-moderna	355
2 Globalização, internacionalização do direito penal e o panorama legislativo brasileiro no enfrentamento aos delitos de organização	357
I Da organização criminosa (arts. 1º e 2º)	362
II Da investigação e dos meios de obtenção da prova (arts. 3º a 21).....	375
III Disposições finais (arts. 22 a 27)	457
Referências	463

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019

Robson Alves Ribeiro	467
1 Evolução histórica.....	467
2 Aspectos gerais dos delitos	471
2.1 Bens jurídicos tutelados.....	471
2.2 Competência.....	472
2.3 Elemento subjetivo do tipo.....	473
3 Disciplina legal.....	474
3.1 Disposições gerais.....	474
3.2 Dos sujeitos do crime	475
3.3 Da ação penal	475
3.4 Dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos.....	476
3.4.1 Dos efeitos da condenação	476
3.4.2 Das penas restritivas de direitos.....	477
3.5 Das sanções de natureza civil e administrativa.....	477
3.6 Dos crimes e das penas	478
3.6.1 Art. 9º	478

3.6.2	Art. 10	481
3.6.3	Art. 11 (vetado)	483
3.6.4	Art. 12	483
3.6.5	Art. 13	487
3.6.6	Art. 14 (vetado)	489
3.6.7	Art. 15	489
3.6.8	Art. 16	492
3.6.9	Art. 17 (vetado)	493
3.6.10	Art. 18	493
3.6.11	Art. 19	494
3.6.12	Art. 20	495
3.6.13	Art. 21	497
3.6.14	Art. 22	499
3.6.15	Art. 23	500
3.6.16	Art. 24	501
3.6.17	Art. 25	502
3.6.18	Art. 26 (vetado)	503
3.6.19	Art. 27	503
3.6.20	Art. 28	504
3.6.21	Art. 29	505
3.6.22	Art. 30	506
3.6.23	Art. 31	507
3.6.24	Art. 32	508
3.6.25	Art. 33	509
3.6.26	Art. 34 (vetado)	510
3.6.27	Art. 35 (vetado)	510
3.6.28	Art. 36	510
3.6.29	Art. 37	511
3.6.30	Art. 38	512
3.7	Do procedimento	513
3.8	Disposições finais.....	513
	Referências	515
	Sobre os Autores.....	517